



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

PROCESSO Nº 42 239

RELATORA: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA

PARECER Nº 447/2019

APROVADO EM 25.4.2019

PUBLICADO NO MINAS GERAIS EM 01.05.2019

Manifesta-se sobre permanência de aluno na Educação Infantil, por decisão de sua genitora.

I – Histórico

Por meio de comunicado eletrônico, oriundo da Secretaria de Estado da Educação, Alana Daniele de Oliveira Carneiro, genitora do menor S.M.J.A., nascido em 19 de junho de 2013, solicita a emissão de parecer formal, deste Conselho, que possibilite a permanência do aluno na Educação Infantil que, por problemas familiares, teve seu desempenho escolar e emocional prejudicados, que se pode comprovar pelo laudo técnico, emitido pela Psicóloga Renata Kelly Vaz de Oliveira, integrante do processado.

II – Mérito

Em resumo, à vista da situação exposta, solicita, a consulente que, embora seu filho esteja na faixa etária exigida pela legislação para ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental de 09 anos, seu filho permaneça na Educação Infantil, visando seu desenvolvimento cognitivo e psicomotor, afetados em razão do afastamento de seu genitor.

Em se tratando de questão exaustivamente debatida pelo Colegiado desta Casa que, à semelhança dos Pareceres CEE nºs 124/2015, 159/2016, 02/2017 e 887/2018, dentre muitos, esposam o mesmo entendimento e obtiveram assentimento de que fossem orientadas as instituições escolares no sentido de que:

Não obstante o apontamento legal conduzir para as disposições da legislação referente à faixa etária para matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental de 09 anos, há que se considerar a opção da genitora e a concordância dos profissionais da instituição escolar (...) pela permanência do aluno na educação infantil, de forma a atender suas necessidades individuais.

III – Conclusão

Embora o apontamento legal indique, para a faixa etária na qual o menor se enquadra, a matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental de 09 anos, há que se considerar a opção da família e a concordância dos profissionais da escola pela permanência do aluno na educação infantil, de forma a atender suas necessidades individuais.

Diante do exposto, o entendimento é de que fica a critério das partes – família e escola – a decisão referente à flexibilização do tempo escolar previsto para a educação infantil, de forma que o aluno em questão possa avançar no seu processo de desenvolvimento e cursar o ensino fundamental com maiores possibilidades de sucesso.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2019.

a) Maria das Graças de Oliveira – Relatora



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

/AC